

IMAGINÁRIO SOBRE O INDÍGENA: PRODUÇÃO DE SENTIDOS EM DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Marieli Zanotto¹
Ângela Derlise Stübe²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar sentidos mobilizados sobre o “indígena”, a partir de verbetes em dicionários online de língua portuguesa. Assim, buscamos compreender as memórias discursivas que sustentam as discursividades sobre esses sujeitos, e como elas impactam no conhecimento estabilizado sobre esses assuntos. Entendemos que os dicionários têm um papel crucial na institucionalização dos sentidos. Nessa perspectiva, os dicionários online são uma ferramenta útil e importante na tentativa de captar os discursos e modos de dizer circulantes de uma sociedade. As análises foram realizadas à luz dos fundamentos teóricos da Análise do Discurso Francesa (AD) e da História das Ideias Linguísticas (HIL). A partir das análises, foi possível compreender que os imaginários que sustentam os discursos em circulação sobre o sujeito indígena estão alicerçados sob uma retórica colonialista.

Palavras-chave: Indígena; Dicionário; Imaginário; Discurso; Silenciamento

IMAGINARY ABOUT THE BRAZILIAN INDIGENOUS: PRODUCTION OF MEANINGS IN PORTUGUESE LANGUAGE DICTIONARIES

Abstract: This work aims to analyze the meanings mobilized about the “Brazilian indigenous”, based on entries in online Portuguese-language dictionaries. Thus, we seek to understand discursive memories that support these discursivities, and how they impact on stabilized knowledge about these subjects. We understand that dictionaries have a crucial role in the institutionalization of the senses. In this perspective, the online dictionaries are a useful and important tool in the attempt to catch the circulating discourses and ways of saying of a society. The analyses were carried out in view of the theoretical foundations of the French Discourse Analysis and the History of Linguistic Ideas. Based on the analysis, it was possible to understand that the imaginaries that support the discourses in circulation about the indigenous subject are based on a colonialist rhetoric.

Keywords: Brazilian indigenous; Dictionary; Imaginary; Discourse; Silence

1 Mestranda no Programa de pós- graduação da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS). E-mail: marii_zanotto@hotmail.com

2 Doutorado em Linguística Aplicada, pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2008). Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó (UFFS). E-mail: angelastube@gmail.com

Introdução

Ao longo da história, desde a chegada dos portugueses ao Brasil, até os dias atuais, muitos são os imaginários que circulam sobre os sujeitos indígenas que são (re)produzidos e repetidos nos discursos em nossa sociedade, produzindo e afetando sentidos acerca desses sujeitos. Os discursos sobre o indígena e os imaginários neles sustentados influenciam na produção de sentidos sobre esses sujeitos, uma vez que os “discursos sobre” produzem memória e inscrevem as enunciações em redes de filiação de sentidos, possuindo papel crucial na institucionalização dos sentidos (ORLANDI, 2008). Dessa forma, para compreender sentidos produzidos sobre o indígena, faz-se necessário observar os discursos em circulação sobre ele, sendo que um dos modos de observar os discursos em circulação é analisando os dicionários de língua portuguesa e os verbetes que eles apresentam.

Há, em torno do dicionário, um imaginário de um local de acúmulo de saberes, lugar de certeza, o lugar para o qual vamos em busca respostas. O dicionário é um objeto de consulta tanto de possíveis significados das palavras quanto da forma como são escritas, “com a certeza do saber de um especialista e eventualmente com a legitimidade de autores reconhecidos que abonam as definições. Ele mostra-se, desse modo, como uma obra de referência” (NUNES, 2006, p. 11). Por ser um instrumento de consulta, as definições apresentadas pelos dicionários são tidas, em geral, como certas, boas, verdadeiras, únicas e completas, e, assim, não há restrições para seu uso (OLIVEIRA, 2006). Portanto, já é naturalizado que os discursos sobre estejam sustentados em definições propostas pelos dicionários, contribuindo, assim, com a estabilização de certos sentidos.

Desse modo, analisar os dicionários possibilita compreender como se produzem os discursos em circulação. De acordo com Nunes (2006, p. 11), “por consistir nesse espaço imaginário de certeza, sustentado pela acumula-

ção e pela repetição, o dicionário é um material interessante para observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas”. O dicionário pode ser adotado, então, como um instrumento que “pode não só nos contar algo da palavra, mas também nos permite flagrar modos de dizer a sociedade na qual ela funciona” (OLIVEIRA, 2006, p. 20).

Diante do exposto, o presente estudo teve por objetivo analisar sentidos mobilizados sobre o verbete “indígena”, a partir das definições oferecidas em dicionários online de língua portuguesa. A perspectiva a partir da qual a pesquisa analisa os dicionários online é a da Análise do Discurso (AD) em articulação com a da História das Ideias Linguísticas (HIL). Para a Análise do Discurso, os dicionários configuram-se como objetos discursivos; é, portanto, um modo de dizer e, segundo destacam Klinger, Castiglioni e Cunha (2014, p. 79), “esse modo de dizer, apresentado sob a forma de definição, resulta de uma sedimentação histórica dos sentidos, o que garante a esse instrumento linguístico, juntamente com as injunções das políticas linguísticas, um lugar de legitimação dos sentidos das palavras”.

Para alcançar os objetivos, o presente texto, trata inicialmente de noções teóricas importantes à AD e que sustentaram este estudo, como as noções de imaginário e de memória, além de apresentar delimitações e compreensões acerca do corpus – os dicionários. Na sequência, apresenta o percurso metodológico empregado na constituição do corpus de análise e no gesto interpretativo. Por fim, traz as considerações finais acerca das análises realizadas.

Fundamentação teórica

De acordo com Oliveira (2006, p. 30), “as palavras carregam consigo, no momento em que se põem em um enunciado, a memória das suas enunciações anteriores, não como virtualidade ou abstração, mas como parte da tem-

poralização do acontecimento” (grifo do autor). Desse modo, compreende-se que os discursos sobre produzem memória, uma vez que carregam uma historicidade que atravessa os tempos, produz e afeta os sentidos. É por meio dessa historicidade que se constituem os imaginários (GUERRA e VALIENTE, 2014). Além disso, a AD compreende que a língua não é transparente, pois o sujeito, ao enunciar, é interpelado pela ideologia, pelo social e pelo histórico, isto é, os sentidos estão em relação com os diferentes contextos sociais, históricos, ideológicos, podendo significar diferente, de acordo com as diferentes posições sujeitos. Interessa-nos compreender como essa relação manifesta-se nos sentidos sobre o indígena.

Diante disso, neste capítulo, buscamos apresentar as noções teóricas que sustentaram o fazer metodológico desta pesquisa e que são fundamentais à compreensão de nosso gesto interpretativo. Para isso, na primeira seção, tratamos da noção de imaginário e buscamos elucidar sobre a escolha dos dicionários online de língua portuguesa como nosso corpus de pesquisa. Na segunda seção, apresentamos as noções de memória que sustentam o corpus de análise.

“Guardião de sentidos”: Dicionários online

Para atender os objetivos da pesquisa, faz-se necessário compreender a noção de imaginário, para, então, compreender que imaginários sustentam os discursos em circulação sobre o sujeito indígena. Para isso, adotamos a noção de imaginário baseada na posição teórica da Análise de Discurso.

Pêcheux (1997) destaca que os discursos são determinados pela projeção imaginária que os sujeitos da interação fazem do lugar que (acreditam que) ocupam e das coisas sobre as quais enunciam, ou seja, o que determina o que é dito são as imagens que os sujeitos constroem do lugar social que ocupam e que o outro ocupa. Portanto, entende-se que imaginários são as

imagens que o sujeito constrói para si para significar, para dar sentido a suas relações de alteridade com o mundo, é a produção de imagens que o sujeito faz de suas relações com o mundo. Assim, “o imaginário é, então, esse dizer já colocado interdiscursivamente, uma espécie de “reservatório” de sentidos para o sujeito” (MARIANI, 1998, p. 33).

A noção de imaginário é importante para compreender o que e como se sustentam os discursos em circulação, uma vez que, como aponta Mariani (2016, p. 38), “as imagens que se produzem na materialidade discursiva [...] vão colocar no todo complexo das formações discursivas, permitindo a cristalização de identificações com significantes enlaçados a sentidos”. Sendo assim, por meio da materialidade discursiva é possível identificar imaginários, ou seja, nos discursos sobre o sujeito indígena, é possível observar imaginários presentes em nossa sociedade sobre esses sujeitos.

O dicionário é adotado como objeto de análise nesta pesquisa, pois “é visto como um discurso sobre a língua, mais especificamente sobre as palavras ou sobre um setor da realidade, para um público leitor, em certas condições sociais e históricas” (NUNES, 2010, p. 7). Desse modo, examinar os dicionários permite compreender a constituição, formulação e a circulação de discursos. Conforme destaca Oliveira (2006, p. 20), o dicionário possui “grande força normativa sobre os falantes, um instrumento que produz um saber que se dá ao mesmo tempo sobre a língua e o mundo”, além disso, na relação falante-dicionário, os dicionários são considerados instrumentos caracterizados pela neutralidade, não possuindo caráter político e histórico (OLIVEIRA, 2006). Diante disso, compreendemos que os dicionários afetam os discursos dos sujeitos, pois são tomados como obra de referência universal da língua portuguesa.

O imaginário que permeia o dicionário é de um lugar de certezas, no qual as dúvidas se esclarecem, em que estão contidos os sentidos verdadeiros e completos. Conforme discu-

te Petri (2010, p. 25), um “lugar marcado pela evidência de certeza, pela acumulação de saber “sobre” [...] marcado pela responsabilidade de “guardar” os sentidos das palavras”. Sendo assim, os dicionários funcionam como lugares eficazes de descrição das línguas, como sugerem Siveris e Petri (2010). Dessa forma, olhar para os dicionários significa olhar para a constituição de discursos em circulação, compreender sentidos e imaginários e como eles sustentam-se.

Além de observarmos as definições presentes nos dicionários, “direcionamos nosso olhar para as fraturas do sentido que esses processos podem realçar em seu funcionamento” (FREITAS, 2020, p. 20), isto é, objetiva-se também (re)conhecer lacunas e/ou outros sentidos possíveis e silenciados. Assim, compreender o que consideramos como memórias nos discursos, faz-se relevante e basilar para a realização de nosso gesto interpretativo.

Trajectoria dos sentidos: noções de memória

Considerando que “os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas” (ORLANDI, 2010, p. 42), importa compreender como se dão, então, os sentidos, como ocorre “o que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2012, p. 87). Desse modo, faz-se imprescindível compreender as noções de memória que se cruzam quando pensamos no funcionamento dos dicionários online.

Sabemos que “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós, carregadas de sentidos, que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós” (ORLANDI, 2010, p.20). A memória discursiva diz respeito ao que já foi dito antes, isso porque as formulações se dão a partir de outras formulações já ditas, mas esquecidas. A cada vez que enunciemos, nossas palavras significam diferente, todas essas enunciações e os sentidos que elas carregam constituem a memória discursiva. Quando enunciemos uma palavra, ela

não significa somente aquilo que pretendemos que signifique, mas também carrega toda essa memória. De acordo com Bortolin e Fernandes (2017, p. 85) “a memória discursiva é uma memória relacionada ao social, à memória coletiva, à memória histórica” e é “por meio desse tipo de memória, os dizeres são atualizados no fio discursivo e, ao formular um discurso, o sujeito retoma ou “esquece” e silencia outros discursos já proferidos”.

Entretanto, as novas tecnologias de linguagem produzem uma memória de natureza metálica, que afeta a materialidade do texto e a sua circulação (DIAS, 2020). A memória metálica refere-se a memórias das máquinas, das tecnologias digitais, “sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), [...] o que foi dito aqui e ali e mais além vai-se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma. Quantidade e não historicidade” (ORLANDI, 2006, p. 5), diferencia-se da memória discursiva, que “esquece”, por ser uma memória que soma e acumula (BORTOLIN; FERNANDES, 2017).

De acordo com o que destaca Coelho (2015), a memória metálica tem por objetivo o acúmulo e a repetição, produzindo, assim, uma inscrição dos efeitos de sentido do passado no presente, uma vez que, quando os sentidos são produzidos por determinação da memória metálica, eles tornam-se quantidade e, desse modo, os discursos do passado e do presente naturalizam-se, cristalizam-se. O aglomerado de dizeres, produz textualidades seriadas, que conforme Dias (2020) aponta, definidas pela repetição, provocam a unidade e a estabilidade na circulação.

Conforme Schmitt (2003, p. 18), “a memória metálica pode ser apreendida, facilmente acessada, pois ela funciona a partir da presentificação constante de um mesmo dizer. Essa atualização recorrente produz um efeito de completude de sentido, como se não houvesse mais o que dizer, tudo já estaria dito/posto, interpretado”. Entretanto, a memória metálica foi postulada

por Orlandi em meados dos anos 1990, tendo em vista o computador, e não a Internet; o aparelho, e não a conectividade (PAVEAU, 2021). Contudo, é uma noção fecunda para pensar a memória nos ambientes conectados. De acordo com Paveau (2021, p. 276), “nos discursos digitais, a memória discursiva é reconfigurada essencialmente para que a circulação dos discursos tome formas particulares implicadas pela dimensão técnica”.

É diante disso que Dias (2016) propõe a noção de memória digital, fazendo avançar a formulação de Orlandi, diferenciando-a da memória metálica, porém sem se descolar dela. De acordo com Dias (2016, p.12), enquanto a memória metálica funciona pela quantidade e pela possibilidade de armazenamento, a memória digital “é esse resíduo que escapa à estrutura totalizante da máquina e se inscreve já no funcionamento digital, pelo trabalho do interdiscurso”. Portanto, a memória digital não se trata de uma atualização técnica da memória, “mas uma atualização discursiva pelo trabalho do interdiscurso, considerando o acontecimento do digital”.

É, também levando em consideração os ambientes discursivos digitais, que Paveau (2021) propõe evoluir a noção de memória metálica para uma noção de memória tecnodiscursiva. A memória tecnodiscursiva põe em cena um elemento importante que é estrutural quando pensamos no funcionamento da internet e, com isso, também dos dicionários online: a deslinearização. De acordo com Paveau (2021), ela possibilita questionar a verticalidade da construção de sentidos e da validação dos discursos nos universos discursivos digitais. Essa deslinearização provoca a dissolução da “hierarquia” das sequências, Paveau (2021, p. 277) destaca que “em contexto não digital, a relação de duas sequências por meio da autoridade é realizada por um gesto de interpretação”. Entretanto, nos espaços discursivos digitais, essa “hierarquia” vertical pode ser interrompida pelo acesso a hiperlinks ou por uma nova busca, que redirecionará

o usuário, como aponta a autora que, “em contexto digital [...], essa camada de sentido pode receber uma explicação por meio de um gesto tecnodiscursivo: um clique sobre um link hipertextual ou uma pesquisa a partir da palavra”.

Além disso, ao mesmo passo que os dicionários funcionam estabilizando sentidos, os dicionários online permitem uma certa flexibilização de sentidos, uma vez que grande parte deles funciona de forma colaborativa, dando aos internautas a possibilidade de edição de seu conteúdo, incluindo e/ou modificando definições. O que corrobora com a deslinearização de sua superfície, já que a qualquer momento podem ser incluídas, excluídas ou modificadas as definições, alterando o fio discursivo e (re)produzindo sentidos, o que passaremos a analisar na sequência.

Sentidos que ecoam

Para compreendermos sentidos sobre o sujeito indígena que se sustentam nos dicionários, é preciso analisar a materialidade desses discursos. No entanto, cabe destacar que a materialidade não se constitui somente do que está dito, daquilo que está “dado” no discurso, mas também da relação da língua com a exterioridade (ORLANDI, 2012). Desse modo, o que buscamos não são os sentidos em evidência, mas aqueles que circulam na opacidade da linguagem. Para isso, é necessário realizar um trabalho de interpretação, a fim de compreender a materialidade histórica dos discursos, então, para nossa análise construímos um *corpus* formado pelas definições de indígena, apresentadas nos dicionários online de língua portuguesa que propomos à análise neste tópico.

Ecoss dos sentidos: metodologia e constituição do corpus

O critério de escolha por dicionários online deu-se a partir da compreensão de que esses são uma ferramenta de consulta amplamente utilizada, devido à grande difusão da internet nas últimas décadas, com isso visamos a garantir a abrangência e a representatividade do corpus. Foram selecionados dicionários que permitem a consulta de forma gratuita, sem necessidade de download de aplicativo e/ou realização de cadastros, pois compreendemos que, assim, são mais facilmente acessados e por uma parcela maior de pessoas, buscando agilidade e praticidade.

Partindo do verbete “indígena” – o qual tomamos como sequência discursiva de referência - buscamos suas definições em 9 (nove) dicionários de língua portuguesa disponíveis de maneira online: *Aulete Digital*; *Dicio – dicionário online de língua portuguesa*; *Dicionário inFormal*; *Dicionário Google*; *Dicionário de sinônimos online*; *Infopédia – Dicionários Porto Editora*; *Michaelis*; *Priberam dicionários*; *Wikcionários*. Nesses 09 dicionários, algumas definições se repetem, configurando regularidades de sentidos sobre o indígena. O quadro 1 apresenta uma síntese dessas repetições de definições. Optou-se por pesquisar também os verbetes índio, autóctone, aborígine, pois aparecem como definições recorrentes para SDR indígena, e, com isso, podem produzir ou influenciar sentidos sobre ela, já que predominam nas significações para o verbete. Alguns dos dicionários pesquisados são sites colaborativos e possibilitam a intervenção dos usuários, incluindo e modificando definições, por isso é importante salientar que a busca nos dicionários ocorreu na data de 13 de setembro de 2021.

Quadro 1: Síntese de definições sobre verbete indígena nos dicionários estudados

Verbetes referência	Dicionários	Definições que se repetem
Indígena	Aulete	Aborígine, Nativo, Índio
	Dicio	Aborígine, Autóctone, Índio
	Dicionário Informal	Nativo, Aborígine, Índio, Autóctone, Natural
	Google	Autóctone, Nativo
	Priberam	Aborígine, Autóctone, Nativo
	Wikcionário	Nativo, Originário, Índio
	Sinônimos	Autóctone, Aborígine, Natural, Crioulo, Nativo, Índio
	Michaelis	Autóctone, Índio, Originário, Aborígine, Nativo
	Infopédia	Aborígine, Autóctone, Nativo

Elaborado pelas autoras com base nas definições dos dicionários

Com base no quadro acima, o verbete indígena foi tomado como nossa sequência discursiva de referência (SDR) e, a partir das definições que os dicionários apresentavam para indígena, foi necessário buscarmos outros verbetes que os dicionários ofereciam como definições ou hiperlinks para indígena, como por exemplo, aborígine, nativo, originário. O que nos levou a interpretar também que sentidos são mobilizados nesses verbetes e que podem produzir efeitos na compreensão do verbete indígena. Esses verbetes são apresentados e analisados ao longo do texto.

A partir das discursividades que sustentam essas definições para o verbete indígena nos dicionários estudados, pudemos interpretar três regularidades de sentidos sobre o indígena, a saber: 1) Indígena como sujeito do passado; 2) Silenciamento do indígena brasileiro; e 3) Indígena como aquele que habita/vive no local de nascimento. No quadro 2, a seguir, especificamos em quais dicionários essas regularidades

ocorreram. Importa destacar que, além dessas, outras foram encontradas, entretanto, optamos por analisar as 3 mais recorrentes, sendo as demais passíveis de estudos futuros. O *corpus* da pesquisa é constituído por recortes das definições trazidas pelos dicionários, os quais chamamos sequências discursivas (SD), que se constituem de fragmentos da situação discursiva, a partir dos quais produziremos nossa análise.

Nos tópicos a seguir, cada regularidade é tratada individualmente.

Quadro 2: Síntese das regularidades encontradas nos dicionários

	Regularidades		
	Sujeito do passado	Silenciamento do indígena brasileiro	Habitar o local de nascimento
Dicionários	Aulete	Aulete	Dicio
	Dicio	Dicio	Priberam
	Dicionário Google	Google	Aulete
	Dicionário Informal	Priberam	Infopédia
	Priberam	Wikcionário	Dicionário Google
	Michaelis		Wikcionário
			Dicionário Informal
			Michaelis
		Dicionário de Sinônimos	

Elaborado pelas autoras com base nas definições dos dicionários

Sujeito Pretérito

Dentre as regularidades observadas em nossas buscas nos dicionários pelo verbo indígena e pelos verbetes mais presentes nas definições apresentadas (quadro 1), destacou-se a inscrição do indígena como um sujeito do passado. A partir das regularidades, selecionamos recortes das definições, que denominamos por sequências discursivas (SD), para estabelecermos nosso gesto interpretativo. O quadro 3 apresenta as SD's, nas quais tal regularidade manifesta-se, es-

pecificando em quais dicionários apareceram e em quais verbetes.

Quadro 3: Indígena: um sujeito do passado.

Verbetes	Regularidade
Indígena	Sujeito do passado
	SD1: Aquele que habitava as Américas antes da colonização europeia, que fazia ou faz parte de um dos povos nativos do continente americano, ou o descendente de um desses povos; ÍNDIO (Aulete)
	SD2: Nascido no país em que vive, especialmente falando dos povos que já habitavam um território não colonizado; aborígine, autóctone. (Dicio)
	SD3: relativo a ou indivíduo pertencente a um dos povos que já habitavam as Américas em período anterior à sua colonização por europeus (Dicionário Google)
	SD4: aquele que habitava a América, antes da colonização europeia, ou o descendente de um desses povos. (Dicionário Informal)
Autóctone	SD5: Que ou quem pertence a um povo que habitava originalmente um local ou uma região antes da chegada dos europeus. = ABORÍGINE (Priberam)
	SD6: que ou quem é natural do país ou da região em que habita e descende das raças que ali sempre viveram; aborígine, indígena. (Dicionário Google)
Aborígine	SD7: Natural do país em que habita e proveniente das raças que ali sempre habitaram; aborígine, indígena. (Michaelis)
	SD8: diz-se de ou cada um dos autóctones que ocupavam regiões mais tarde dominadas por europeu (Dicionário Google)
Índio	SD9: referente aquele que habitava a América antes da chegada dos portugueses. (Dicionário Informal)

Elaborado pelas autoras com base nas definições dos dicionários

Destacamos aqui os verbos habitar, fazer, viver e ocupar, presentes nas SD's, conjugados no Pretérito Imperfeito e Pretérito Perfeito. A conjugação no pretérito imperfeito nas expressões “habitava”, “fazia”, “habitavam” e “ocupa-

vam”, nas SD1, SD2, SD3, SD4, SD5, SD8 e SD9, remetem a uma ação do passado durativa, não limitada no tempo. Enquanto a conjugação no pretérito perfeito nas palavras “viveram” e “habitaram”, nas SD6 e SD7, indicam uma ação ou fato que ocorreu em um determinado momento do passado. De acordo com os dicionários, os mesmos que constituíram nosso objeto de pesquisa, define-se pretérito como passado, como ação/estado/fato ocorrido antes do momento da enunciação.

Assim, o indígena é definido pelos dicionários analisados como um sujeito do passado, especialmente nas SD6 e SD7, as quais exprimem que o indígena é aquele que viveu/habitou um país ou região em um determinado momento do passado, indicando uma ação não habitual e momentânea, tendo início e fim em tempo passado. As demais SD's também indicam ações que ocorreram no passado, assim, determinam que indígenas são aqueles que habitaram/ocuparam determinado território durante algum tempo e/ou fizeram parte de um grupo nativo. Entretanto, o tempo verbal do pretérito imperfeito exprime a ideia de continuidade e duração, ou seja, indica ação duradoura, que não foi terminada no passado. Com isso, as SD's que representam essa regularidade - ao definirem o indígena como alguém do passado - podem levar ao sentido de que ele não faz parte do contexto atual, produzindo o silenciamento desse sujeito na atualidade.

Para compreendermos os sentidos que as SD's produzem sobre os sujeitos indígenas, é importante destacar que para a AD, o silêncio, o não dito, “não é o nada, não é o vazio sem história. É silêncio significativo” (ORLANDI, 1997, p. 23). O silêncio, portanto, é constitutivo, o que é dito mantém-se em relação de sentido com o não dito, uma vez que, de acordo com Orlandi (1997, p. 24), “para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras)”. Dessa forma, ao se enunciar de um modo, deixa-se de fazê-lo de outro modo e, assim, certos sentidos são produzidos

enquanto outros são silenciados.

Ao enunciar o indígena como um sujeito do passado, os dicionários silenciam a possibilidade de que ele signifique no presente, na atualidade. Nessa direção, Orlandi (1997, p. 55) aponta que “há pois uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como uma forma não de calar mas de fazer dizer “uma coisa”, para não dizer “outras”, o indígena é, então, restringido pelos dicionários.

Diante disso, somos impelidos a questionar sobre quais as causas desse silenciamento/apagamento do indígena do presente, que outros sentidos possíveis são interditados ao dizê-lo dessa forma? Uma possibilidade é de que tal discurso é sustentado por um imaginário de indígena marcado por estereótipos de um indígena caricato, romantizado, abstrato e até mesmo ingênuo, que ainda não superou o senso comum e que remete ainda à época do descobrimento. Desse modo, o indígena do presente não seria mais visto/considerado como tal, fazendo prevalecer a ideia de que o índio verdadeiro é aquele que usa tanga, mora em ocas, usa flechas, vive em aldeias (CENCI, 1994) e, com isso, produz-se um imaginário de indígena ideal/verdadeiro, que não corresponde a uma forma única de existir enquanto indígena. Dessa forma, aquele (que é considerado) indígena não existe mais, pertence ao passado. Assim, como destacam Damiano e Stübe (2020), ao não incluir o indígena do modo como ele participa da sociedade hoje, faz com que o imaginário de sujeito indígena idealizado vá se consolidando.

Além disso, a regularidade demonstrada pelas SD's, remete ao processo de colonização, significando o sujeito indígena pelo processo de colonização. Com isso, pretendemos “apontar para a *permanência* do discurso da descoberta e da colonização. Apontar para os seus efeitos de sentido que ainda estão sempre aí se (re)produzindo” (ORLANDI, 2008, p. 239, grifo do autor), enquanto “o indígena em sua complexa realidade atual é silenciado, sendo apresentado, preponderantemente, como parte de uma his-

tória longínqua” (DAMIÃO; STÜBE, 2020, p. 48). Dessa maneira, compreende-se que os discursos sobre o sujeito indígena, presentes nos dicionários online, continuam a se ancorar nas falas da descoberta (ORLANDI, 2008), ou seja, os discursos do passado continuam reverberando e produzindo sentidos no presente.

O silenciamento é recorrente nas definições de indígena, uma vez que há vários outros sentidos possíveis sobre esses sujeitos que são ignorados. As definições de indígena e dos verbetes relacionados produzem não só o silenciamento do indígena da/na atualidade, mas também de outras possibilidades de ser indígena que são apagadas ao serem ignoradas pelos dicionários. Isso pode ser percebido também nas práticas sociais recorrentes no espaço urbano, como a comemoração do Dia do Índio, representando esse sujeito com cocar, por exemplo. Desse modo, analisando os dicionários online foi possível identificar outras formas de silenciamento desse sujeito.

Silêncio coletivo

Percebemos também que nos dicionários online há o silenciamento do indígena brasileiro. De acordo com os dicionários analisados, um dos verbetes que definem o sujeito indígena é aborígine (conforme quadro 1), entretanto, ao buscarmos pelas definições do verbe aborígine/aborígine, identificamos o silenciamento do indígena brasileiro, o que provoca estranhamento, uma vez que os dicionários de língua portuguesa (do Brasil) não fazem menção a esse sujeito que é parte de nossa história e cotidiano, fazendo menção a indígenas de outras nacionalidades e localidades, apagando a existência de um indígena no/do Brasil. Cabe destacar que essa regularidade também se manifestou nas pesquisas dos demais verbetes (quadro 1), mas é representada aqui pelas SD's dispostas no quadro que segue.

Quadro 4: Silenciamento do indígena brasileiro

Verbetes	Regularidade
Aborígine	Silenciamento do indígena brasileiro
	SD10: O nome “aborígine” deriva do latim e significa “habitantes originais”. Eles teriam migrado da Ásia para a Austrália há 50 mil anos. Significa primeiros povos da região, mas o termo aborígine é tradicionalmente aplicado apenas aos indígenas do continente australiano, da Tasmânia e adjacentes (Aulete)
	SD11: Proveniente do país onde habita; autóctone, nativo ou indígena. adjetivo Que nasceram no país onde vivem ou onde seus ancestrais sempre viveram, falando especialmente de pessoas: os aborígenes australianos. Cujas regiões de origem foram posteriormente habitadas por europeus, falando especialmente dos nativos dessas regiões (Dicio)
	SD12: diz-se de ou indivíduo de um antigo povo da Itália central considerado autóctone pelos romanos. ETIM do lat. aborigines, um ‘os autóctones ou primeiros habitantes do Lácio e da Itália, cujos reis lendários são Latino, Saturno e Fauno (Dicionário Google)
	SD13: Que é relativo ao conjunto das tribos indígenas australianas. Indivíduo que pertence a uma das tribos indígenas australianas (Priberam)
	SD14: relativo aos povos indígenas da Austrália indígena australiano, membro dos povos aborígenes da Austrália (Wikcionário)

Elaborado pela autora com base nas definições dos dicionários

Esta regularidade – Silenciamento do indígena brasileiro – possui relação com a regularidade 1 (Indígena como sujeito do passado), uma vez que ambas silenciam possibilidade de ser do sujeito indígena. Há um processo metonímico, sustentado em uma repetição nos dicionários – a referência ao aborígine, associando-o somente a outros povos (australianos, italianos) que invisibiliza o lugar do indígena brasileiro,

e o efeito disso é o silenciamento. A primeira, silencia-o enquanto sujeito do/no presente; já a segunda, silencia-o enquanto sujeito brasileiro. Para a AD, a noção de tempo e espaço importa e produz efeitos de sentido. Desse modo, silenciar o indígena como possibilidade de ser brasileiro, produz silenciamento e apagamento desse sujeito.

As SD10, SD11, SD13 E SD14 apontam para um sujeito australiano e a SD 12 refere-se a um sujeito da Itália. Assim, o indígena é definido como aborígene/aborígene, que, por sua vez, é o sujeito que “migrou”, “nasceu” e/ou “vive” na Austrália ou que “pertence”, “é” parte de tribos indígenas australianas, ou que “é” parte do antigo povo da Itália (SD12). Desse modo, o indígena brasileiro é apagado/silenciado pelos dicionários online de língua portuguesa, o que pode ser decorrência de que todo o processo de nomeação do que havia no Brasil foi conduzido pelas experiências dos estrangeiros, especialmente os europeus, ou seja, o processo de nomeação e definição das coisas e seres no português brasileiro é influenciado pela colonização do país e pela língua do colonizador.

Para compreendermos os sentidos produzidos pelas SD's apresentadas, é necessário pensarmos novamente sobre a noção de silenciamento, que é mais que só silêncio, é pôr em silêncio (ORLANDI, 1997) e, como já dissemos, o silêncio é constitutivo, pois, para dizer uma coisa ou de uma forma é preciso apagar outras coisas ou formas de dizer (ORLANDI, 1997). Desse modo, “pensar o silêncio é problematizar as noções de linearidade, literalidade, completude” (ORLANDI, 1997, p. 48), ou seja, aquilo que fica de fora, à margem do que é dito, o que se “escolhe” não dizer ajuda a significar o que é dito. Diante disso, ao não enunciar sobre os indígenas brasileiros, os dicionários estão produzindo sentidos sobre ele.

Ao apresentar como definição somente os povos indígenas australianos e da Itália, os dicionários promovem o apagamento de outras etnias indígenas, que a saber são múltiplas. Por

tratarem-se de dicionários de língua portuguesa brasileira, o fato de não fazer qualquer menção aos povos indígenas do Brasil, significa de maneira ainda mais forte e reflete o silenciamento a que os sujeitos indígenas são submetidos em nosso país. De acordo com Damião e Stübe (2020, p. 49), “os indígenas são, desde o período colonial, designados ao silenciamento”, uma vez que já se teve tempo suficiente para alterar as definições do dicionário e, com isso, os sentidos produzidos. Entretanto, segue-se repetindo o silenciamento desses sujeitos e, ao silenciar, certas palavras são interditadas; com isso, certos sentidos são impossibilitados.

Ao não enunciar o indígena brasileiro, impossibilita-se que ele signifique, dado que “dizer e silenciar andam juntos” (ORLANDI, 1997, p. 55). De acordo com Orlandi (1997, p. 34), “a linguagem é conjunção significativa da existência e é produzida pelo homem, para domesticar a significação”, diante disso, compreende-se que o silenciamento do indígena pode funcionar como uma tentativa de controlar, domesticar os sentidos que são produzidos sobre ele. Dessa forma, os dicionários contribuem com um imaginário de “construção de uma identidade brasileira determinada em que o índio não conta. Trata-se da construção de sentidos que servem sobretudo à instituição das relações colonialistas entre os países europeus e o Novo Mundo” (ORLANDI, 2008, p. 57-58).

Além disso, dizer o indígena desse modo pode estabelecer uma possível conexão entre as regularidades 1 e 2, já que na regularidade 1 – Indígena como sujeito do passado – também ocorre silenciamento (do indígena do presente). Podemos, portanto, compreender que uma regularidade pode ser decorrência da outra, ou seja, o indígena brasileiro é silenciado, pois não existe mais, faz parte (somente) do passado, ou ainda, ele é silenciado, pois deseja-se que ele não faça parte do presente.

Dessa maneira, como destaca Orlandi (1997, p. 55), “ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo “outros” sentidos. Isso pro-

duz um recorte necessário no sentido” , pois há certos sentidos que são reprimidos, enquanto que outros são (re)produzidos. “Desse modo se proíbe ao sujeito ocupar certos “lugares”, ou melhor, proíbem-se certas “posições” do sujeito” (ORLANDI, 1997 p. 78). Sendo assim, o discurso sobre o sujeito indígena nos dicionários analisados “não leva em conta a diversidade dos grupos indígenas, dispersos pelo Brasil e na América Latina, e, muito menos, a complexidade imanente ao ethos (jeito de ser) e às práticas culturais de cada grupo em particular” (CENCI, 1994, p. 203), interditando a possibilidade de significação do indígena (também) como um sujeito brasileiro.

Chama-nos atenção que, mesmo que alguns dos dicionários analisados funcionarem de forma colaborativa, permitindo, assim, a sua edição por parte dos leitores/usuários, o indígena brasileiro é apagado. De acordo com Freitas (2020, p. 136), “podemos compreender, na substituição do especialista pelo dizer que emerge da coletividade, o efeito de completude de um saber que não se reduz a um ponto de vista”. Esse silenciamento é ainda mais significativo, pois compreende-se que ele é social, generalizado. O silenciamento que se produz sobre o indígena brasileiro é coletivo.

Além do silenciamento, os discursos dos dicionários produzem uma redução do indígena, limitando suas possibilidades de sentidos.

O lugar do indígena

Outra regularidade percebida nos dicionários online é a representação de indígena como um sujeito que (deve) habita(r) um local específico, o local de nascimento, o sujeito que pertence a um lugar. Esta regularidade foi recorrente buscando tanto pelo verbete de referência quanto pelos verbetes que o definem, como é possível observar no quadro 5, no qual apresentamos o conjunto de SD's que representam essa regularidade.

A regularidade que aqui observamos define o indígena como o sujeito que habita/vive/se encontra em seu local de nascimento, produzindo um imaginário de que para ser (considerado) indígena, é preciso estar/viver/ocupar o local de nascimento. Diante disso, parece haver uma dissociação entre o indígena e o espaço urbano. Com isso, produz-se, mais uma vez, o silenciamento desse sujeito, pois silencia sua possibilidade de significação em outros espaços, só podendo ser considerado indígena aquele que se mantém no local onde nasceu e/ou que seus ancestrais viveram. Como já dissemos, “se diz “x” para não (deixar) dizer “y” e dessa forma “se apagam os sentidos que se quer evitar” (ORLANDI, 1997, p. 76).

Os discursos presentes nas SD's podem estar sustentados em imaginários criados em decorrência da disputa por território entre indígenas e não indígenas. O processo de colonização acabou por delimitar tanto o espaço físico a ser ocupado pelo indígena, como também seu o lugar social. Desse modo, os povos indígenas foram rotulados em um imaginário criado e sustentado sob prejulgamentos, que foram alicerçados pelo preconceito e discriminação decorrentes das disputas de terras. De acordo com Nacke et al. (2007), a disputa de terras, os conflitos entre agricultores, proprietários de terras e os indígenas que batalhavam pela demarcação de suas terras, gerou marcas profundas no povo indígena, que passou a sofrer forte preconceito e discriminação.

Diante disso, o silenciamento que essa regularidade produz é quanto à possibilidade de o indígena significar em outros espaços, em qualquer espaço, pois ao dizê-lo dessa forma “se proíbe ao sujeito ocupar certos “lugares”, ou melhor, proíbem-se certas “posições” do sujeito” (ORLANDI, 1997, p. 78). Desse modo, compreendemos que os discursos dos dicionários online atuam contribuindo “na construção de sentidos que servem sobretudo à instituição das relações colonialistas” (ORLANDI, 2008, p. 57-58). De acordo com Guerra e Valiente

Quadro 5: Aquele que habita/vive no local de nascimento

Verbetes	Regularidade
Indígena	Habitar o local de nascimento
	SD14: Nascido no país em que vive (Dicio) SD15: Que ou aquele que é natural da região e que habita. (Priberam)
Aborígene	SD16: Proveniente do país onde habita; autóctone, nativo ou indígena. Adjetivo Que nasceram no país onde vivem ou onde seus ancestrais sempre viveram, falando especialmente de pessoas: os aborígenes australianos (Dicio)
	SD 17: oriundo do país em que vive. -, s. m. pl. os habitantes primitivos de um país, os que o ocupavam, quando ele entrou na História, e dos quais a origem é desconhecida. F. Lat. <i>Aborigines</i> . (Aulete)
	SD18: que ou pessoa que é habitante da região ou do país de onde é natural; indígena; autóctone; nativo (Infopédia)
	SD19: que ou pessoa que é habitante da região ou do país de onde é natural; indígena; autóctone; nativo (Priberam)
	SD20: que é originário do país ou região em que vive ou se encontra (Wikcionário)
Autóctone	SD21: Pessoa que nasceu na região ou no território em que habita. Adjetivo Que é natural da região ou do território em que habita; nativo. Originário do país em que habita; país cujos ancestrais sempre habitaram: os berberes são populações autóctones da África do Norte. Que é natural da região onde ocorre (Dicio)
	SD22: Que é natural da região onde habita ou se encontra (povo autóctone, flora autóctone); ABORÍGINE; INDÍGENA [P.opos. A alóctone.] (Aulete)
	SD23: que ou pessoa que nasceu na própria terra em que habita; aborígene; indígena (Infopédia)
	SD24: que ou quem é natural do país ou da região em que habita e descende das raças que ali sempre viveram; aborígene, indígena que se origina da região onde é encontrado, onde se manifesta ETIM gr. <i>autókhthōn,ōn</i> 'originário do próprio solo, que nasce do próprio solo (plantas)', pelo lat. <i>autochthōn,ōnis</i> 'nascido no país que habita, indígena' (Dicionário Google)
	SD25: Que ou o que é natural do território onde vive. = ABORÍGINE, INDÍGENA, NATIVO ≠ ALIENÍGENA, ALÓCTONE, ESTRANGEIRO, FORASTEIRO
	Que tem origem no local onde se encontra ou onde se manifesta (ex.: espécime autóctone; floresta autóctone). ≠ ALÓCTONE (Priberam)
	SD26: Originário do país em que habita e cujos ancestrais aí sempre habitaram Que é oriundo de terra onde se encontra, sem resultar de imigração ou importação (Aurélio) Originário do país em que habita e cujos ancestrais aí sempre habitaram Pessoa que nasceu na região ou no território em que habita. 2. Nativo; que é natural da região ou do território em que habita. 3. Originário do país em que habita; país cujos ancestrais sempre habitaram: os berberes são populações autóctones da África do Norte.
	É aquilo que é natural do lugar em que se encontra. (Dicionário Informal)
	SD27: Natural do país em que habita e proveniente das raças que ali sempre habitaram; aborígine, indígena. Pessoa, animal ou planta originários do lugar em que habitam (Michaelis)
	SD28: Natural da região que habita: 1indígena, aborígene, <u>natural</u> , <u>morador</u> , <u>nacional</u> , <u>nativo</u> , <u>originário</u> , <u>patrício</u> , <u>primitivo</u> . (Sinônimos)

Elaborado pela autora com base nas definições dos dicionários

(2014, p. 30), discursos como os encontrados nos dicionários “carregam uma historicidade que perpassa os tempos constituindo, por meio da memória discursiva, o imaginário em relação a esse grupo marcado pelo preconceito e pela exclusão social desde a época da colonização e que condiciona o momento atual”.

Com isso, compreendemos que o imaginário que sustenta esses discursos é o de que todo indígena deve ser aldeado e o índio desaldeado está recusando a ocupar o lugar que lhe foi destinado (GUERRA, 2015). O sujeito que, por algum motivo, ausenta-se da aldeia deixa de ser indígena, reforçando e (re)produzindo o imaginário de um indígena ideal/verdadeiro, que, conforme aponta Cenci (1994), seria aquele que usa tanga, mora em ocas, usa flechas, vive em aldeias, mais uma vez, consolidando uma idealização de indígena no imaginário (DAMIÃO; STÜBE, 2020).

Não há nos dicionários referências aos indígenas que vivem nos espaços urbanos, corroborando com o imaginário de que os indígenas vivem (ainda e somente) nas florestas e aldeias, assim, percebe-se que “ainda há um juízo popular que não os reconhece como indígenas e moradores da cidade, tornando-se fruto de um pensamento retrógrado” (BATISTOTI; LATOSINSKI, 2019, p. 330), concebendo o indígena como um sujeito congelado no tempo e no espaço, e que seu modo de vida é oposto à vida urbana (BAINES, 2001).

Considerações finais

Diante do todo exposto, podemos refletir sobre o funcionamento da palavra nas práticas discursivas. A partir das definições oferecidas pelos dicionários para o verbete indígena e dos sentidos que emergem delas, compreendemos que a palavra não significa por si só, podendo servir a múltiplas possibilidades nas práticas discursivas, visto que, como observa Pêcheux (1995, p. 147), “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe se-

ria “próprio”, vinculado a sua literalidade” (grifo do autor). Desse modo, como ressalta Oliveira (2006, p. 30), “é preciso considerar que as palavras carregam consigo, no momento em que se põem em um enunciado, a memória das suas enunciações anteriores, não como virtualidade ou abstração, mas como parte da temporalização do acontecimento” (grifo do autor). Desse modo, as palavras dos dicionários podem prestar-se a muito mais do que apresentar definições e significados. Importa destacar que tomamos a palavra a partir de seu funcionamento discursivo, uma vez que “as palavras mudam de sentido de acordo com as posições assumidas por aqueles que as empregam” (ORLANDI, 2010, p. 42-43).

O dicionário, conforme aponta Mazzière (2007), está presente nos discursos sociais, culturais, políticos de uma época ou de um ambiente, em sincronia com eles, aceitando-se que ele diz o verdadeiro sentido das palavras. Porém, nos dicionários, as palavras podem servir para, além de definir, significar mais do que ali está posto, uma vez que, segundo destaca Petri (2019, p. 229), “as palavras fazem sentido porque carregam em si mesmas referenciais e sentidos já postos em outro tempo e outro lugar, sob a égide do interdiscurso, estejam ou não tais sentidos nos dicionários”. Diante disso, “a ilusão da transparência da linguagem faz com que não percebamos que ao enunciar, podemos estar construindo sentidos diferentes do que imaginamos” (DAMIÃO e STÜBE, 2020, p. 48). Posto que as palavras carregam em si memórias que sempre podem produzir outros sentidos, compreendemos que a palavra além de múltiplos sentidos, pode servir à produção do silenciamento, como vimos, é o caso do verbete indígena.

Posto isso, observamos que os discursos dos dicionários online de língua portuguesa produzem um constante silenciamento do sujeito indígena. Ao silenciar, os dicionários limitam outras possibilidades de significação. O local que é concebido como um lugar de acu-

mulação de saberes, no qual estão guardados os sentidos das palavras, promove a interdição de alguns sentidos. Desse modo, os dicionários funcionam na estabilização de certos sentidos, sentidos esses que correspondem aos interesses de uma sociedade colonialista. Faz-se isso no gesto de “domesticar” sentidos que podem ser produzidos sobre os sujeitos indígenas, impossibilitando imaginários que se deseja evitar ou, até mesmo, evitando que certos imaginários sejam desconstruídos.

Compreende-se, então, que os imaginários que sustentam os discursos em circulação sobre o sujeito indígena estão alicerçados sob uma retórica colonialista e retrógrada. Uma vez que os sentidos presentes nos dicionários remetem a um sujeito que não pertence à atualidade, nem aos espaços urbanos, cuja cultura é tratada como essencialista, imutável, associada ao passado e com forte relação com a terra. Com isso, (re)produz-se o imaginário idealizado de indígena, pois, ao passo que sua cultura transforma-se, deixa de ser índio.

Além disso, a possibilidade de edição do conteúdo dos dicionários online revela muito sobre os imaginários que sustentam os discursos sobre o sujeito indígena, pois mesmo diante da possibilidade de edição, há sentidos que se estabilizam, demonstrando que são imaginários consolidados e generalizados na sociedade.

Referências

BAINES, S. G. As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade. *Brasil Indígena*, Fundação Nacional do Índio, v. 7, p. 15-17, 01 dez. 2001

BATISTOTI, A. F.; LATOSINSKI, K. T. O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/ MS. *RUA*, Campinas, SP, v. 25, n. 1, 2019.

BORTOLIN, A. C; FERNANDES, C. B. We can do it!: o funcionamento discursivo dos memes no espaço digital. *Estudos linguísticos e literários*, Salvador, n. 57, 2017, p. 81-102.

CENCI, A. Considerações em torno da cultura e identidade cultural Kaingáng. In: MARCON, Telmo. et al. *História e cultura Kaingáng no sul do Brasil*. Passo Fundo: Graf. Ed. Universidade de Passo Fundo, 1994

COELHO, C. G. F. Memória de brincadeira: o dito e o não dito nas brincadeiras de escola. *Estudos linguísticos*, São Paulo, n.44, 2015, p. 962-971.

DAMIÃO, E. A; STÜBE, A. D. Sentidos sobre o indígena em livro didático de língua portuguesa. In: TFOUNI, F. E. V; BERNARDOSANTOS, W. J. (Org.). *Análise do discurso e materiais de ensino*. 1. ed. Aracaju: Criação Editora, 2020.

DIAS, C. Ensino e tecnologia: o texto pelo digital. *Revista Ecos*, Cáceres, v. 28, n. 01, 2020, p. 157-175.

DIAS, C. A análise do discurso digital: um campo de questões. *REDISCO*, Vitória da Conquista, v. 10, n. 2, 2016, p. 8-20.

FREITAS, R. A. Instrumentação linguística em rede: análise discursiva de dicionários online. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Instituto de Letras. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2020.

GUERRA, V. M. L. O outro (do) lado da fronteira: identidade kaiowá e território indígena. *Cadernos De Linguagem E Sociedade*, 16 (2), 2015, p. 116 – 139.

GUERRA, V. M. L; VALIENTE, M. F. Um olhar sobre as representações discursivas dos indígenas: terra e exclusão. *Revista Metalinguagens*, n. 1, 2014, p. 29-48.

KLINGER, K. A; CASTAGLIONI, A. C; CUNHA, H. L. Verbete “professora”: o que (não) diz o dicionário Aurélio. *Revista Papéis*, Campo Grande, v. 18, n. 35, 2014.

MARIANI, B. O PCB e a imprensa: Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan, Campinas: UNICAMP, 1998.

- MARIANI, B. Um imaginário e outros. In: GRIGOLETTO, E; DE NARDI, F. S. (Org.). *A análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas*. Campinas: Pontes Editores, 2016.
- MAZIÈRE, F. *A análise do discurso: História e práticas*. São Paulo: Parábola, 2007.
- NACKE, A. et al. *Os Kaingang no oeste catarinense: tradição e atualidade*. Chapecó: Argos, 2007.
- NUNES, J. H. Dicionários: história, leitura e produção. *Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília, Taguatinga*, v. 3, n. 1 /2, p. 06-21, 2010.
- NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- OLIVEIRA, S. E. *Cidadania: história e política de uma palavra*. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2006.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi*. In: BARRETO, R. G. Teias, Rio de Janeiro, ano 7, n. 13-14, jan./dez., 2006.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- ORLANDI, E. P. *Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia*. 2. ed., Campinas: Pontes Editores, 2012.
- ORLANDI, E. P. *Terra à vista - Discurso de confronto: Velho e novo mundo*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.
- PAVEAU, A. *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2021.
- PÊCHEUX, M. *Análise Automática do Discurso (AAD – 69)*. In: GADET, F; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- PETRI, V. “Manifestação” na língua e no dicionário: movimentos de sentido. In: SCHERER, A. et al (Org). *Efeitos da língua em discurso*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2019.
- PETRI, V. *Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos/ Verli Petri, com a participação de Daiane Siveris, Daiane da Silva Delevati, Nina Rosa Licht Rodrigues*. 1. ed. Santa Maria: UFSM, PPGL- Editores, 2010.
- SCHMITT, Michele. *Memória discursiva e memória metálica: (in)completude da linguagem*. *Idéias*, Santa Maria, n. 17, 2003.

Submissão: março de 2022.

Aceite: julho de 2022.